



PEGO LHAS

Sócrates pediu a Teixeira dos Santos que corrigisse erro | O primeiro-ministro assumiu o erro e encarregou as Finanças de corrigir a situação. Resta saber como.

CORTES ILEGAIS

Finanças não garantem devolução dos salários em falta este mês

Ministério de Teixeira dos Santos está a trabalhar numa solução, mas não diz qual. Médicos acreditam que problema se pode repetir este mês

MARLENE CARRIÇO
 marlenecarrico@negocios.pt

O Ministério das Finanças não garante que os funcionários públicos venham a ser ressarcidos já no presente mês pelos montantes ilegalmente cortados em Janeiro e Fevereiro. Em causa estão os cortes aplicados sobre horas extraordinárias e trabalhos suplementares realizados em 2010 e só pagos em 2011, que o próprio Governo já admitiu serem "ilegais".

"Vamos trabalhar para, durante o mês corrente, identificar as situações e uniformizar o procedimento em toda a Administração Pública", respondeu fonte oficial do Ministério das Finanças ao **Negócios**, sem esclarecer, contudo, se os montantes retidos serão devolvidos já em Março ou não.

Outra questão à qual as Finanças não responderam é se conseguirão travar os cortes sobre as horas extra de 2010 pagas agora em Março. O presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM) acredita que o problema se repetirá. "Continuo com dúvidas que haja capacidade orgânica para evitar os cortes neste mês, até porque não

nos foi dada essa garantia. Se isso acontecer teremos três meses de cortes a repor", disse ao **Negócios** Sérgio Esperança. O médico acrescentou que não foi ainda informado de quando os clínicos serão ressarcidos, nem de que forma será feita a devolução dos valores mas lembrou que "a senhora ministra da Saúde ficou de encontrar uma solução e de chamar os sindicatos para chegarmos a um acordo".

Ontem, a Lusa, citando fonte do gabinete do primeiro-ministro, dizia que o acerto seria feito em Março. Já a "Renascença" apontava o mês de Abril. Ao **Negócios**, fonte oficial não confirmou esta informação.

Governo tem que pagar juros de mora?

Resta saber se o Governo terá que proceder também ao pagamento de juros de mora pelo erro cometido. Os especialistas divergem.

"Se for uma devolução apenas dos montantes essas pessoas já estão a ser penalizadas. A restituir, devem restituir com juros", defende a especialista Sofia Galvão. Já Rodrigo Esteves de Oliveira, também da Vieira de Almeida, explica

que o pagamento de juros de mora "não tem que ver com a devolução, mas com o momento em que devia ter lugar o pagamento" das horas em causa.

Da parte dos médicos, essa questão não se coloca: "não é hábito da nossa parte requerer juros de mora nestas situações".

A notícia avançada ante ontem pelo sindicato independente dos médicos foi confirmada pelo gabinete do primeiro-ministro.

Os médicos e os enfermeiros são das classes profissionais que foram mais penalizadas nestes dois primeiros meses do ano por causa da aplicação destes cortes sobre horas de trabalho realizadas no ano passado. Terão sido prejudicados perto de mil médicos, segundo a FNAM, e cerca de "18 mil enfermeiros", segundo o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Mas o problema não é exclusivo do sector da Saúde, pelo que as Finanças já esclareceram que "a interpretação da lei deve aplicar-se de igual modo para todos".

Os sindicatos da Função Pública aplaudiram ontem a decisão do Governo, sublinhando porém a "desorientação" do Executivo.

Continuo com dúvidas que haja capacidade orgânica para evitar os cortes neste mês.

SÉRGIO ESPERANÇA
 Federação Nacional dos Médicos (FNAM)